Judiciário fortalece inspeções em unidades de privação de liberdade

A publicação de orientações técnicas pelo Conselho Nacional de Justiça para a realização de inspeções em locais de privação de liberdade no contexto da pandemia fortaleceu as medidas de monitoramento e fiscalização adotadas por magistrados e tribunais em todo o país. O CNJ padronizou procedimentos respeitando critérios de segurança sanitária para apoiar magistrados nas inspeções, que se tornaram ainda mais relevantes devido ao fechamento de presídios e unidades de internação em todo o país desde o início da pandemia.

Reprodução

ReproduçãoJudiciário fortalece inspeções em unidades de privação de liberdade

No Amazonas, o juiz da Vara de Execução Penal e atual corregedor dos presídios de Manaus, Glen Hudson Paulain Machado, concluiu programação de inspeções e visitas técnicas a todas as unidades prisionais da capital com o respaldo da orientação expedida pelo CNJ. “Avalio como muito produtiva a inspeção, na qual procuramos, inclusive, dialogar com presos, obtendo informações sobre questões de saúde”, disse o magistrado.

As orientações técnicas do CNJ também guiaram a edição de portaria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que resultou em inspeções em unidades de privação de liberdade em Cuiabá e Várzea. O documento traz uma série de critérios a serem observados nas visitas, como situação de abastecimento de alimentos e de kits de higiene pessoal, periodicidade da limpeza e higienização, se houve acréscimo no tempo de permanência em ambientes abertos e se estão sendo realizadas ações de educação em saúde.

De acordo com o juiz Geraldo Fernandes Fidelis Neto, o contato do poder público com as pessoas privadas de liberdade ajuda, inclusive, familiares e a população em geral. “A presença do juiz dentro da penitenciária mostra que essas pessoas não estão esquecidas. Também verificam-se as condições de salubridade e de humanidade que são empregadas no sistema penitenciário. É muito importante fazer esse contato, porque também esclarece situações causadas por *fake news*”, explica o magistrado, que conta também com o apoio de outras entidades, como Conselhos da Comunidade e OAB.

No Paraná, a coordenação estadual do programa trabalhou conjuntamente com o GMF na elaboração de um roteiro para auxiliar nas inspeções. No final de junho, a juíza coordenadora do Grupo, Ana Carolina Bartolamei Ramos, realizou inspeção na capital Curitiba. “As inspeções são essenciais neste momento

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

em que há um isolamento ainda maior das pessoas presas, com as visitas suspensas, por exemplo, em razão da pandemia. O procedimento numa situação dessas deve ser específico, por isso a necessidade de orientações técnicas", afirmou a magistrada, que é corregedora de presídios e atua na Vara de Execuções Penais.

Medidas socioeducativas
O sistema de execução de medidas socioeducativas, voltado a adolescentes que praticaram atos infracionais, também tem sido atendido pelas orientações técnicas do CNJ. Em Pernambuco, a juíza auxiliar da Vara Regional da Infância e Juventude, Marília Ferraz Martins Thum, inspecionou presencialmente uma das unidades de internação da capital Recife.

"O receio de contágio nesse momento de pandemia atinge a todos. Mas a magistratura, mesmo nesse momento tão delicado, não se esquivou do seu papel constitucional e, pautado nas diretrizes do CNJ e da Coordenadoria da Infância do TJ-PE, pude realizar as inspeções de maneira segura a todos os envolvidos", afirma a magistrada.

Ainda segundo a juíza, a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento torna a inspeção no sistema socioeducativo ainda mais relevante. "Além de verificar as condições físicas do estabelecimento de internação, fiscalizamos se estão sendo ofertados cursos e estudos aos socioeducandos, como forma de permitir que vislumbrem novas oportunidades e perspectivas de vida e, assim, seja efetivamente ressocializado", diz a magistrada.

Minas Gerais também tem mantido calendário regular de inspeções no sistema socioeducativo, como explica o juiz Afrânio Nardy, da Vara Infracional de Belo Horizonte, que já realizou 18 visitas desde o início da pandemia. "Inspeções trabalham num duplo eixo: além de verificar condições da unidade, do ponto de vista estrutural e logística, procurar fazer acompanhamento de cada um dos adolescentes. Visitar unidades nesse período é um momento de escuta dos adolescentes sobre a situação nas unidades, rotinas e engajamento em atividades, além de preocupações que manifestam sobre a pandemia", completa Nardy.

Magistrados de outros estados também realizam inspeções, tanto presenciais quanto por videoconferência – método alternativo que pode ser utilizado durante a epidemia. Entre eles estão Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe. Todas as inspeções geram relatórios que são enviados ao CNJ.
Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.

Date Created
20/07/2020

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.